



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Departamento de Atenção Especializada e Temática
Coordenação-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência

NOTA INFORMATIVA Nº 1/2025-CGSPD/DAET/SAES/MS

1. ASSUNTO

1.1. Trata-se de Nota Informativa direcionada aos gestores e profissionais da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) acerca dos seguintes atos normativos:

- a) [Portaria SAES/MS Nº 1.147, de 21 de dezembro de 2023](#), que altera a Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1, de 22 de fevereiro de 2022, para dispor sobre a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência - RCPD no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;
- b) [Portaria SAES/MS Nº 1.148 de 21 de dezembro de 2023](#), que atualiza o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência; e
- c) [Portaria SAES/MS Nº 2.151, de 7 de outubro de 2024](#), (Anexo III republicado no [DOU nº 222, de 18/11/2024, seção 1, págs. 82 a 91](#)), que altera a Portaria SAES/MS nº 1.148, de 21 de dezembro de 2023, para atualizar o registro de informações do Componente Atenção Especializada Ambulatorial na Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1. Frente à necessidade de adequar os regramentos para o registro de informações dos estabelecimentos de saúde que compõe a RCPD no CNES e na Tabela SUS/Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS (SIGTAP), a Coordenação-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência (CGSPD/DAET/SAES/MS) e a Coordenação-Geral de Gestão de Sistemas de Informações em Saúde (CGSI/DRAC/SAES/MS) realizaram um extenso processo de revisão das Portarias que dispõem sobre o cadastro dos estabelecimentos da RCPD nestes sistemas, que culminou na publicação da Portaria SAES/MS Nº 1.147, de 21 de dezembro de 2023, Portaria SAES/MS Nº 1.148 de 21 de dezembro de 2023, e Portaria SAES/MS Nº 2.151, de 7 de outubro de 2024.

2.2. Essa iniciativa teve como objetivo qualificar os sistema de informações e compatibilizá-los ao que estabelece a [Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023](#), que altera as Portarias de Consolidação GM/MS nº 2, 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a nova Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD).

2.3. Cabe mencionar que as alterações implementadas pelas Portarias supracitadas se aplicam aos seguintes componentes:

Centros Especializados em Reabilitação (CER II, III e IV)	Oficinas Ortopédicas (Fixa e Itinerante)	Estabelecimentos de Saúde habilitados em apenas um Serviço de Reabilitação	Serviços credenciados pelas Secretarias de Saúde para prestação de serviços de reabilitação no SUS
---	--	--	--

2.4. A seguir serão apresentadas as principais atualizações implementadas pelas Portarias SAES Nº 1.147/2023, Nº 1.148/2023 e Nº 2.151/2024.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS TIPOS DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE:

3.1. O art. 2º da Portaria SAES/MS nº 1.148/2023 passa a estabelecer que o Componente Atenção Especializada Ambulatorial da RCPD deve ser cadastrado no CNES como “Unidade de Reabilitação”, conforme [Portaria GM/MS Nº 2.022, de 7 de agosto de 2017](#), consolidada no Anexo XV - Tipificação de Estabelecimentos da Portaria de Consolidação SAES/MS n.º 1, de 22 de fevereiro de 2022.

3.2. Complementarmente, a Portaria SAES/MS Nº 2.151/2024, aborda que, em situações excepcionais, para os estabelecimentos não isolados – que são aqueles que englobam diversas habilitações/grupos de atividades e não se limitam apenas a CER/Oficina Ortopédica/Modalidade Única - é possível apresentar outras classificações de estabelecimento de saúde, tais como Hospital, Ambulatório, Policlínica. Isso deve ser feito de maneira a não prejudicar a classificação do estabelecimento, levando em consideração a(s) atividade(s) oferecida(s). Vide:

Art. 2º Fica definido que os estabelecimentos relacionados ao Componente Atenção Especializada Ambulatorial na RCPD devem ser cadastrados no CNES como Unidade de Reabilitação, em conformidade à Classificação dos Tipos de Estabelecimentos de Saúde constante no Anexo XV - Tipificação de Estabelecimentos da Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1, de 22 de fevereiro de 2022.

§1º Deverá ser selecionado no CNES o conjunto de atividades, sendo uma atividade principal e uma ou mais atividades secundárias, para que o estabelecimento de saúde seja automaticamente classificado junto ao CNES em conformidade ao item III - Classificações dos Tipos de Estabelecimentos de Saúde, Anexo XV - Tipificação de Estabelecimentos da Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1, de 22 de fevereiro de 2022.

§2º Os estabelecimentos que abrangem diversos serviços ou atividades e não se restringem apenas ao CER, Oficina Ortopédica ou estabelecimentos de reabilitação em modalidade única, poderão ter outras classificações de estabelecimento de saúde, desde que seja indicada a Atividade Secundária 04 - Reabilitação.

3.3. Destaca-se que esta regulamentação foi estabelecida desde 2017 pela Portaria GM/MS nº 2.022/2017 e as Portarias SAES nº 1.148/2023 e nº 2.151/2024 apenas reforçam a importância do adequado registro dos estabelecimentos no CNES, especialmente daqueles que fazem parte do Componente Atenção Especializada Ambulatorial na RCPD.

3.4. Para mais informações sobre a atualização da classificação dos tipos de estabelecimento, a CGSPD/DAET/SAES/MS recomenda consultar o tópico 8 do documento: <https://www.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/CNES.pdf>

4. SERVIÇO/CLASSIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE:

4.1. O serviço/classificação tem a finalidade de informar as atividades/tipos de atendimentos que são executados, de forma própria ou terceirizada, pelo estabelecimento de saúde, podendo especificar, inclusive, se estes estão disponíveis para o SUS ou não.

4.2. Um único estabelecimento pode dispor de diferentes códigos de serviço/classificação e as Secretarias de Saúde são as responsáveis por cadastrar e atualizar, quando couber, os códigos de Serviço/classificação de cada estabelecimento no sistema CNES, seja ele público ou privado.

4.3. Para incluir no CNES do estabelecimento um código de Serviço/classificação, a pessoa gestora e a unidade deverão estar atentos aos profissionais mínimos exigidos pelo Ministério da Saúde, os quais são obrigatórios para a inserção de cada código.

4.4. No âmbito da RCPD, a Portaria SAES/MS Nº 2.151/2024 (Anexo III republicado no [DOU nº 222, de 18/11/2024, seção 1, págs. 82 a 91](#)), passou a estabelecer o novo rol de profissionais mínimos exigidos para os códigos 135 – Reabilitação e 164 – Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção em Reabilitação.

4.5. Segue quadro comparativo do que estava estabelecido antes da publicação das Portarias SAES nº 1.148/2023 e nº 2.151/2024, e o regramento vigente:

Quadro 1 - Comparativo das ocupações mínimas para o Serviço 135 - Reabilitação.

Serviço Especializado: 135 - Reabilitação / Classificação: 001 - Reabilitação Visual			
Ocupação Mínima	Houve alteração?	Composição ANTES da publicação das Portarias SAES nº 1148/2023 e nº 2.51/2024	Composição APÓS a publicação das Portarias SAES nº 1148/2023 e nº 2.51/2024
Equipe médica	Não	2252-65 - Médico Oftalmologista	2252-65 - Médico Oftalmologista
Equipe multiprofissional (exceto médico)	Sim	2236-05 - Fisioterapeuta Geral ou 2239-05 - Terapeuta Ocupacional; e/ou 2515-10 - Psicólogo Clínico	2236-05 - Fisioterapeuta Geral ou 2239-05 - Terapeuta Ocupacional; e 2515-10 - Psicólogo Clínico; e 2516-05 - Assistente Social
Serviço Especializado: 135 - Reabilitação / Classificação: 002 - Reabilitação Intelectual			
Equipe médica	Não	2251-33 - Médico Psiquiatra ou 2251-12 - Médico Neurologista	2251-33 - Médico Psiquiatra ou 2251-12 - Médico Neurologista
Equipe multiprofissional (exceto médico)	Sim	2239-05 - Terapeuta Ocupacional e 2515-10 - Psicólogo Clínico; e/ou 2238-10 - Fonoaudiólogo	2236-05 - Fisioterapeuta Geral ou 2238 - Fonoaudiólogos ou 2239-05 - Terapeuta Ocupacional; e 2515-10 - Psicólogo Clínico; e 2516-05 - Assistente Social
Serviço Especializado: 135 - Reabilitação / Classificação: 003 - Reabilitação Física			
Equipe médica	Sim	2251-12 - Médico Neurologista ou 2251-60 - Médico Fisiatra ou 2252-70 - Médico Ortopedista e Traumatologista ou 2251-36 - Médico Reumatologista	2251-12 - Médico Neurologista ou 2251-60 - Médico Fisiatra ou 2252-70 - Médico Ortopedista e Traumatologista ou 2252- 60 - Médico Neurocirurgião
Equipe multiprofissional (exceto médico)	Sim	2236-05 - Fisioterapeuta Geral e 2238-10 - Fonoaudiólogo ou 2239-05 - Terapeuta Ocupacional OU 2236-05 - Fisioterapeuta Geral e 2235-05 - Enfermeiro e 2239-05 - Terapeuta Ocupacional e 2238 - Fonoaudiólogos e 2515-10 - Psicólogo Clínico.	2236-05 - Fisioterapeuta Geral ou 2238 - Fonoaudiólogos ou 2239-05 - Terapeuta Ocupacional; e 2235-05 - Enfermeiro; e e 2516-05 - Assistente Social
Serviço Especializado: 135 - Reabilitação / Classificação: 005 - Reabilitação Auditiva			
Equipe médica	Sim	2252-75 - Médico Otorrinolaringologista; OU 2252-75 - Médico Otorrinolaringologista e 2251-12 - Médico Neurologista e 2251-24 - Médico Pediatra	2252-75 - Médico Otorrinolaringologista
Equipe multiprofissional (exceto médico)	Sim	2238-10 - Fonoaudiólogo e 2515-10 - Psicólogo Clínico	2238 - Fonoaudiólogos e 2515-10 - Psicólogo Clínico e 2516-05 - Assistente Social
Serviço Especializado: 135 - Reabilitação / Classificação: 007 - Oficina Ortopédica Fixa			
Equipe médica	Não prevista	Sem definição	Sem definição
Equipe multiprofissional (exceto médico)	Não	3225-05 - Técnico de Ortopedia e 2236-05 - Fisioterapeuta Geral e 2239-05 - Terapeuta Ocupacional	2236-05 - Fisioterapeuta Geral ou 2239-05 - Terapeuta Ocupacional; e 3225-05 - Técnico de Ortopedia
Serviço Especializado: 135 - Reabilitação / Classificação: 008 - Oficina Ortopédica Itinerante			
Equipe médica	Não prevista	Sem definição	Sem definição
Equipe multiprofissional (exceto médico)	Não	2236-05 - Fisioterapeuta Geral ou 2239-05 - Terapeuta Ocupacional; e 3225-05 - Técnico de Ortopedia	2236-05 - Fisioterapeuta Geral ou 2239-05 - Terapeuta Ocupacional; e 3225-05 - Técnico de Ortopedia
Serviço Especializado: 135 - Reabilitação / Classificação: 010 - Atenção Fonoaudiológica			
Equipe médica	Não prevista	Sem definição	Sem definição

Equipe multiprofissional (exceto médico)	Sim	2238-10 - Fonoaudiólogo	2238 - Fonoaudiólogos
Serviço Especializado: 135 - Reabilitação / Classificação: 011 - Atenção Fisioterapêutica			
Equipe médica	Não prevista	Sem definição	Sem definição
Equipe multiprofissional (exceto médico)	Não	2236-05 - Fisioterapeuta Geral	2236-05 - Fisioterapeuta Geral
Serviço Especializado: 135 - Reabilitação / Classificação: 012 - Atenção à Saúde das Pessoas Estomizadas I			
Equipe médica	Não	2251-25 - Médico Clínico	2251-25 - Médico Clínico
Equipe multiprofissional (exceto médico)	Sim	2235-05 - Enfermeiro	2235-05 - Enfermeiro e 2516-05 - Assistente Social e 2515-10 - Psicólogo Clínico e 2238 - Fonoaudiólogos
Serviço Especializado: 135 - Reabilitação / Classificação: 013 - Atenção à Saúde das Pessoas Estomizadas II			
Equipe médica	Não	2251-25 - Médico Clínico ou 2251-65 - Médico Gastroenterologista ou 2252-15 - Médico Cirurgião de Cabeça e Pescoço ou 2252-25 - Médico Cirurgião Geral ou 2252-30 - Médico Cirurgião Pediátrico ou 2252-40 - Médico Cirurgião Torácico ou 2252-80 - Médico Coloproctologista ou 2252-85 - Médico Urologista ou 2252-90 - Médico Cancerologista Cirúrgico	2251-25 - Médico Clínico ou 2251-65 - Médico Gastroenterologista ou 2252-15 - Médico Cirurgião de Cabeça e Pescoço ou 2252-25 - Médico Cirurgião Geral ou 2252-30 - Médico Cirurgião Pediátrico ou 2252-40 - Médico Cirurgião Torácico ou 2252-80 - Médico Coloproctologista ou 2252-85 - Médico Urologista ou 2252-90 - Médico Cancerologista Cirúrgico
Equipe multiprofissional (exceto médico)	Sim	2235-05 - Enfermeiro e 2237-10 - Nutricionista e 2515-10 - Psicólogo Clínico	2235-05 - Enfermeiro e 2237-10 - Nutricionista e 2515-10 - Psicólogo Clínico e 2516-05 - Assistente Social e 2238 - Fonoaudiólogos

Fonte: Anexo III republicado no [DOU nº 222, de 18/11/2024, seção 1, págs. 82 a 91](#)

Nota 1: Conforme Portarias SAES nº 1.148/2023 o Serviço/Classificação foram excluídos os Serviços/Classificações:

- 135/004 - Serviço de Reabilitação Visual/Mental/Múltiplas Deficiências que terá suas modalidades constituídas nos Serviços/Classificação: 135/001 - Reabilitação/Visual, 135/002 - Reabilitação/Intellectual, 135/003 - Reabilitação/Física ou 135/005 Reabilitação/Auditiva; e

- 135/009 - Reabilitação/Oficina Ortopédica Itinerante Fluvial que se constituirá no Serviço 135/008 - Reabilitação - Oficina Ortopédica Itinerante.

O código 135/006 foi excluído em 2023, por meio da Portaria SAS/MS nº 492, de 30 de abril de 2013.

Quadro 2 - Comparativo das ocupações mínimas para o Serviço 164 - Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção em Reabilitação.

Serviço Especializado: 164/001 - Dispensação de OPM Auxiliares de Locomoção e Ortopédicas			
Ocupação Mínima	Houve alteração?	Composição ANTES da publicação das Portarias SAES nº 1148/2023 e nº 2.51/2024	Composição APÓS a publicação das Portarias SAES nº 1148/2023 e nº 2.51/2024
Equipe médica	Não prevista	Sem definição	Sem definição
Equipe multiprofissional (exceto médico)	Sim	Sem definição	2236-05 - Fisioterapeuta Geral ou 2239-05 - Terapeuta Ocupacional ou 3225-05 - Técnico de Ortopedia
Serviço Especializado/Classificação: 164/002 - Manutenção e Adaptação de OPM Auxiliares de Locomoção e Ortopédicas			
Equipe médica	Sim	2252-70 - Médico Ortopedista e Traumatologista ou 2251-60 - Médico Fisiatra ou 2251-12 - Médico Neurologista	Sem definição
Equipe multiprofissional (exceto médico)	Sim	2236-05 - Fisioterapeuta Geral e 2239-05 - Terapeuta Ocupacional	2236-05 - Fisioterapeuta Geral ou 2239-05 - Terapeuta Ocupacional ou 3225-05 - Técnico de Ortopedia
Serviço Especializado/Classificação: 164/ 005 - Dispensação de OPM Auditiva			
Equipe médica	Não prevista	Sem definição	Sem definição
Equipe multiprofissional (exceto médico)	Sim	Sem definição	2238 - Fonoaudiólogos
Serviço Especializado/Classificação: 164/006 - Manutenção e Adaptação de OPM Auditiva			
Equipe médica	Sim	2252-75 - Médico Ortorrinolaringologista ou 2252-45 - Médico Foniatra	Sem definição
Equipe multiprofissional (exceto médico)	Sim	2238-10 - Fonoaudiólogo	2238 - Fonoaudiólogos
Serviço Especializado/Classificação: 164/007 - Dispensação de OPM Oftalmológica			
Equipe médica	Sim	Sem definição	2252-65 - Médico Oftalmologista
Equipe multiprofissional (exceto médico)	Sim	Sem definição	Sem definição
Serviço Especializado/Classificação: 164/008 - Manutenção e Adaptação de OPM Oftalmológica			
Equipe médica	Sim	Sem definição	2252-65 - Médico Oftalmologista

Equipe multiprofissional (exceto médico)	Não prevista	Sem definição	Sem definição
Serviço Especializado/Classificação: 164/009 - Substituição/Troca de OPM			
Equipe médica	Sim	Sem definição	2252-65 - Médico Oftalmologista ou Algum profissional da Equipe Multiprofissional
Equipe multiprofissional (exceto médico)	Sim	Sem definição	2236-05 - Fisioterapeuta Geral ou 2238 - Fonoaudiólogos ou 2239-05 - Terapeuta Ocupacional
Serviço Especializado/Classificação: 164/010 - Dispensação de OPM em Gastroenterologia			
Equipe médica	Não prevista	Sem definição	Sem definição
Equipe multiprofissional (exceto médico)	Sim	Sem definição	2235-05 - Enfermeiro
Serviço Especializado/Classificação: 164/011 - Dispensação de OPM em Urologia			
Equipe médica	Não prevista	Sem definição	Sem definição
Equipe multiprofissional (exceto médico)	Sim	Sem definição	2235-05 - Enfermeiro
Serviço Especializado/Classificação: 164/012 - Confecção de OPM Auxiliares de Locomoção e Ortopédicas			
Equipe médica	Não prevista	Código inexistente	Sem definição
Equipe multiprofissional (exceto médico)	Sim	Código inexistente	2236-05 - Fisioterapeuta Geral ou 2239-05 - Terapeuta Ocupacional ou 3225-05 - Técnico de Ortopedia

Fonte: Anexo III republicado no [DOU nº 222, de 18/11/2024, seção 1, págs. 82 a 91](#)
Nota 1:
Conforme Portaria SAES/MS Nº 2.151/2024:
- Fica excluído o Serviço/Classificação: 164/003 - Órteses, Próteses e Materiais Especiais em Reabilitação/Dispensação de OPM Ortopédica, que será identificado como Serviço/Classificação: 164/001 - Órteses, Próteses e Materiais Especiais em Reabilitação/ Dispensação de OPM Auxiliares de Locomoção e Ortopédicas.
- Fica atualizada para Manutenção e Adaptação de OPM Auxiliares de Locomoção e Ortopédicas a nomenclatura da classificação 002 do serviço 164 - Órteses, Próteses e Materiais Especiais em Reabilitação.
- Fica excluído o Serviço/Classificação 164/004 - Órteses, Próteses e Materiais Especiais em Reabilitação/Manutenção e Adaptação de OPM Ortopédica que será identificado como Serviço/classificação 164/002 Órteses, Próteses e Materiais Especiais em Reabilitação/ Manutenção e Adaptação de OPM Auxiliares de Locomoção e Ortopédicas.
- Fica atualizada para Manutenção e Adaptação de OPM Oftalmológica a nomenclatura da classificação 008 do serviço 164 - Órteses, Próteses e Materiais Especiais em Reabilitação.
- Fica incluída a classificação 012 - Confecção de OPM Auxiliares de Locomoção e Ortopédicas no serviço 164 - Órteses, Próteses e Materiais Especiais em Reabilitação.

- 4.6. Com relação ao código 107 - Atenção à Saúde Auditiva, informa-se que, quanto ao profissional Fonoaudiólogo, se estendeu a composição da equipe para a família ocupacional dos Fonoaudiólogos na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). A família ocupacional é um conjunto de ocupações similares que correspondem a um domínio de trabalho mais amplo.
- 4.7. Inicialmente o regramento para obtenção do código 107 exigia o CBO “2238-10 – Fonoaudiólogo Geral”. Com a alteração, propôs-se abranger outras especialidades da área da fonoaudiologia, portanto, alterou-se o CBO de 2238-10 para 2238, que corresponde à Família CBO no CNES ou Categoria CBO na Tabela SUS/SIGTAP. Essa alteração dos Fonoaudiólogos realizada no código 107 foi aplicada também para o código 135 – Reabilitação.
- 4.8. Reitera-se que a relação de profissionais estabelecida pela Portaria SAES/MS Nº 2.151/2024 corresponde à equipe mínima podendo, portanto, o estabelecimento dispor de outras categorias profissionais complementares para a prestação do serviço.
- 4.9. Conforme o art. 9º da Portaria SAES/MS nº 1.148/2023, os Gestores responsáveis pelo CNES dos estabelecimentos de saúde deverão providenciar a atualização do cadastro dos Serviços/Classificações, de acordo com as disposições desta Portaria. Caso o estabelecimento não disponha dos profissionais exigidos em Portaria em seu CNES, o sistema apresentará crítica.
- 4.10. Destaca-se que a ausência do código de Serviço/Classificação no CNES do estabelecimento poderá gerar implicações no registro dos procedimentos ambulatoriais no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS), visto que alguns procedimentos da Tabela SUS apresentam como atributo/critério obrigatório para lançamento da produção o código de Serviço/classificação e somente poderá ser realizado no estabelecimento de saúde que disponha desse código cadastrado no CNES. Segue exemplo:

Figura 1 - Consulta ao Procedimento 03.01.07.016-4 no SIGTAP

Procedimento

Procedimento: 03.01.07.016-4 - ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO EM REABILITAÇÃO VISUAL

Grupo: 03 - Procedimentos clínicos
 Sub-Grupo: 01 - Consultas / Atendimentos / Acompanhamentos
 Forma de Organização: 07 - Atendimento/acompanhamento em reabilitação física, mental, visual e múltiplas deficiências

Competência: 12/2024 [Histórico de alterações](#)

Modalidade de Atendimento: Ambulatorial
 Complexidade: Média Complexidade
 Financiamento: Média e Alta Complexidade (MAC)
 Sub-Tipo de Financiamento:
 Instrumento de Registro: BPA (Individualizado)
 Sexo: Ambos
 Média de Permanência:
 Tempo de Permanência:
 Quantidade Máxima: 12
 Idade Mínima: 0 meses
 Idade Máxima: 130 anos
 Pontos:
 Atributos Complementares: Exige CPF/CNS

Valores

Serviço Ambulatorial:	R\$ 12,00	Serviço Hospitalar:	R\$ 0,00
Total Ambulatorial:	R\$ 12,00	Serviço Profissional:	R\$ 0,00
		Total Hospitalar:	R\$ 0,00

Descrição	CID	CBO	Leito	Serviço Classificação	Habilitação	Redes	Origem	Regra Condicionada	Renases	TUSS
Cód. Serviço	Código	Nome								
135	001	Reabilitação Visual (Serviço de Reabilitação)								

Fonte: SIGTAP, disponível no <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>

5. CÓDIGOS DE HABILITAÇÕES DO CNES:

5.1. Conforme as Portarias SAES nº 1.148/2023 (Anexo II) e nº 2.151/2024 (art. 5º), a RCPD dispõe de 11 códigos de habilitação vigentes, a saber:

22.01 - Centro de referência de reabilitação em medicina física	22.02 - Serviço de reabilitação física - nível intermediário	22.03 - Unidade de reabilitação visual	22.04 - Centro de reabilitação auditiva na média complexidade	22.05 - Centro de reabilitação auditiva na alta complexidade	22.06 - Centro de reabilitação intelectual	22.07 - Núcleo de atenção à criança e adolescente com transtorno do espectro autista
22.08 - Centro Especializado em Reabilitação (CER) - modalidade física	22.09 - Centro Especializado em Reabilitação (CER) - modalidade intelectual	22.10 - Centro Especializado em Reabilitação (CER) - modalidade auditiva	22.11 - Centro Especializado em Reabilitação (CER) - modalidade visual	22.12 - Oficina ortopédica fixa	22.13 - Oficina ortopédica itinerante	

5.2. O registro do código de habilitação no CNES do estabelecimento trata-se de procedimento realizado pelo Ministério da Saúde, mediante a publicação de portaria específica no Diário Oficial da União – DOU, habilitando a unidade como CER, Oficina Ortopédica, Núcleo TEA ou Modalidade única (excepcionalmente).

5.3. Os estabelecimentos marcados com algum código de habilitação são aqueles que recebem incentivo de custeio federal, previsto no [Título VIII, Capítulo IV, Seção II da Portaria de Consolidação nº 6/2017](#) - que trata do Incentivo Financeiro de Custeio para o Componente Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS. Excetuam-se deste regramento as Oficinas Ortopédicas (Fixa e Itinerante), pois possuem apenas código de incentivo (Para mais informações, consulte o item 6. desta Nota Informativa).

5.4. Para identificar se um estabelecimento é habilitado para recebimento de custeio federal na RCPD, no CNES basta clicar no Módulo Habilitações > Ativas. Vide:

Figura 2 - Consulta ao Módulo Habilitações do CNES:

Módulos

Básico

Conjunto

Ambulatorial

Hospitalar

Mantenedora

Profissionais

Habilitações

Ativas

Histórico

Homologações

Regras Contratuais

Contrato de Gestão

Incentivos

Equipes

Residência Terapêutica

Competência Atual

Dados Estabelecimento

CNES

6410227

CNPJ Próprio

Nome Fantasia

CER IV JEFERSON XIMENES FILHO

Tipo de Estabelecimento

CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE

Gestão

MUNICIPAL

Natureza Jurídica(Grupo)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CNPJ Mantenedora

17.955.535/0001-19

Nome da Mantenedora

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES CORACOES

Cadastrado em

17/12/2009

Atualização na Base Local

03/09/2024

Última atualização Nacional

07/12/2024

Habilitações

Código	Descrição	Origem	Competência Inicial	Competência Final	
2208	CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO (CER) - MODALIDADE FÍSICA	Nacional	12/2022	99/9999	4509
2209	CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO (CER) - MODALIDADE INTELECTUAL	Nacional	12/2022	99/9999	4509
2210	CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO (CER) - MODALIDADE AUDITIVA	Nacional	12/2022	99/9999	4509
2211	CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO (CER) - MODALIDADE VISUAL	Nacional	12/2022	99/9999	4509

Fonte: CNES, disponível em <https://cnes.datasus.gov.br>.

5.5. Salienta-se que, conforme art. 11 da Portaria SAES/MS nº 2.151/2024, os estabelecimentos habilitados no âmbito da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência deverão estar cadastrados no CNES com o Serviço Especializado 135 - Reabilitação e/ou 164 - Órteses, Próteses e Materiais Especiais em Reabilitação, a depender do serviço ofertado.

Como obter recurso de custeio federal na RCPD?

Para fazer jus ao incentivo de custeio, o pleito deverá:

a) Estar pactuado no Plano de Ação Estadual/Distrital e/ou Planos de Ação Regionais, de acordo com o Planejamento Regional Integrado - PRI.

b) Estar homologado na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) ou no Colegiado de Gestão da Secretaria de estado de Saúde do Distrito Federal (CGSES/DF);

c) Atender aos requisitos estabelecidos nos documentos técnicos elaborados e aprovados pela CGSPD/DAET; e

d) Estar formalizado no Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (SAIPS) pela Secretária de Saúde responsável pela gestão do estabelecimento de saúde.

A emissão do parecer de mérito favorável está condicionada ao atendimento de todos os requisitos técnicos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e a publicação da portaria de habilitação do serviço, autorizando o recebimento de custeio mensal, estará condicionada a disponibilidade orçamentária e financeira do Ministério.

Para obter mais informações, entre em contato com a CGSPD ou com o Grupo Condutor da RCPD do seu Estado.

5.6. Na RCPD o código de habilitação pode ser exigido como atributo/critério obrigatório para registro de alguns procedimentos da Tabela SUS no SIA/SUS. Por exemplo, para conseguir registrar no SIA/SUS a dispensação de cadeira de rodas monobloco, o estabelecimento de saúde precisa, dentre vários atributos gerais, ser habilitado como CER com modalidade de reabilitação física (código 22.10) ou como Estabelecimento de modalidade única (códigos 22.01 ou 22.02). Vide:

Figura 3 - Consulta ao Procedimento 07.01.01.020-7 no SIGTAP

Procedimento

Procedimento: 07.01.01.020-7 - CADEIRA DE RODAS MONOBLOCO

Grupo: 07 - Órteses, próteses e materiais especiais
 Sub-Grupo: 01 - Órteses, próteses e materiais especiais não relacionados ao ato cirúrgico
 Forma de Organização: 01 - OPM auxiliares da locomoção

Competência: 12/2024 [Histórico de alterações](#)

Modalidade de Atendimento: Ambulatorial
 Complexidade: Não se Aplica
 Financiamento: Fundo de Ações Estratégicas e Compensações (FAEC)
 Sub-Tipo de Financiamento: Cadeiras de Rodas
 Instrumento de Registro: APAC (Proc. Principal)
 Sexo: Ambos
 Média de Permanência:
 Tempo de Permanência:
 Quantidade Máxima: 1
 Idade Mínima: 11 anos
 Idade Máxima: 50 anos
 Pontos:
 Atributos Complementares: Exige CPF/CNS

Valores

Serviço Ambulatorial:	R\$ 1.134,52	Serviço Hospitalar:	R\$ 0,00
Total Ambulatorial:	R\$ 1.134,52	Serviço Profissional:	R\$ 0,00
		Total Hospitalar:	R\$ 0,00

Descrição	CID	CBO	Leito	Serviço Classificação	Habilitação	Redes	Origem	Regra Condicionada	Renases	TUSS								
					Habilitação	Incremento												
Habilitações <table border="1"> <thead> <tr> <th>Código</th> <th>Nome</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2201</td> <td>Centro de referência de reabilitação em medicina física</td> </tr> <tr> <td>2202</td> <td>Centro de reabilitação física - nível intermediário</td> </tr> <tr> <td>2208</td> <td>Centro Especializado em Reabilitação (CER) Modalidade Física</td> </tr> </tbody> </table>											Código	Nome	2201	Centro de referência de reabilitação em medicina física	2202	Centro de reabilitação física - nível intermediário	2208	Centro Especializado em Reabilitação (CER) Modalidade Física
Código	Nome																	
2201	Centro de referência de reabilitação em medicina física																	
2202	Centro de reabilitação física - nível intermediário																	
2208	Centro Especializado em Reabilitação (CER) Modalidade Física																	
Grupos Habilitação																		

Fonte: SIGTAP, disponível no <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>

5.7. Caso o estabelecimento não atenda aos requisitos dos atributos gerais e complementares estabelecidos no SIGTAP haverá glosa no registro do procedimento.

5.8. No momento, na RCPD apenas os procedimentos previstos na [Portaria GM/MS nº 1.272, de 25 de junho de 2013](#), exigem o código de habilitação para registro no SIA/SUS.

6. CÓDIGOS DE INCENTIVOS NO CNES:

- 6.1. Dentre as principais alterações dispostas na Portaria GM/MS nº 1.526/2023 que geram implicações no CNES e Tabela SUS, tem-se a:
- a) Inclusão do incentivo financeiro para custeio dos Veículos de Transporte Sanitário Adaptado;
 - b) Inclusão de incentivo de custeio adicional de 20% aos Centros Especializados em Reabilitação, com modalidade intelectual que ofertam cuidado às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA); e
 - c) Inclusão de incentivos financeiros de custeio para os Núcleo de Atenção à Saúde da Criança e Adolescente com Transtorno do Espectro Autista.

6.2. Nesse sentido foram criados por meio da Portaria SAES nº 1.148/2023 (ANEXO IV) novos códigos. Seguem os códigos de incentivos da RCPD vigentes:

82.23 - Centro Especializado em Reabilitação II (CER II)	82.24 - Centro Especializado em Reabilitação III (CER III)	82.25 - Centro Especializado em Reabilitação IV (CER IV)	82.34 - Oficina Ortopédica Fixa	82.35 - Oficina Ortopédica Itinerante	82.86 - Transporte Sanitário Adaptado I
82.87 - Transporte Sanitário Adaptado II	82.88 - Transporte Sanitário Adaptado III	82.89 - Transporte Sanitário Adaptado IV	82.90 - Núcleo de Atenção à Criança e Adolescente com Transtorno do Espectro Autista	82.91 - Incentivo de 20% no custeio do CER habilitado com a modalidade de reabilitação intelectual	

6.3. O registro do código de incentivo no CNES do estabelecimento trata-se de procedimento realizado pelo Ministério da Saúde, mediante a publicação de portaria específica no Diário Oficial da União (DOU), habilitando a unidade como CER, Oficina Ortopédica, Núcleo TEA ou Veículo Adaptado.

6.4. Os estabelecimentos marcados com algum código de incentivo são aqueles que recebem incentivo de custeio federal, previsto no [Título VIII, Capítulo IV, Seção II da Portaria de Consolidação nº 6/2017](#) - que trata do Incentivo Financeiro de Custeio para o Componente Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS.

6.5. Para identificar se um estabelecimento recebe incentivo de custeio federal na RCPD, basta clicar no Módulo Incentivos > Ativos do CNES. Vide:

Figura 4 - Consulta ao Módulo Incentivos do CNES:

Módulos Competência Atual

Dados Estabelecimento

CNES: 8410227 CNPJ Próprio: --- Nome Fantasia: CER IV JEFERSON XIMENES FILHO

Tipo de Estabelecimento: CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE Gestão: MUNICIPAL Natureza Jurídica(Grupo): ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CNPJ Mantenedora: 17.955.535/0001-19 Nome da Mantenedora: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES CORACOES

Cadastrado em: 17/12/2009 Atualização na Base Local: 03/09/2024 Última atualização Nacional: 07/12/2024

Incentivos

Código	Descrição	Competência inicial	Competência final
8225	Centro Especializado em Reabilitação IV (CER IV)	12/2022	99/9999

Fonte: CNES, disponível em <https://cnes.datasus.gov.br>.

7. REGRAS CONTRATUAIS DO CNES PARA OS COMPONENTES DA RCPD:

7.1. No tocante à Regras Contratuais a Portaria SAES nº 1.148/2023 alterou a nomenclatura da regra contratual nº 71.17 para “Estabelecimento de saúde sem geração de crédito na média complexidade (exceto OPM e FAEC) – RCPD”.

7.2. Destaca-se que as regras contratuais foram instituídas desde 2014 (Portaria SAS/MS nº 790, de 01/12/2014) e têm a finalidade de identificar no CNES os estabelecimentos de saúde que dispõem de Contrato de Gestão ou estabelecimentos que, por normatização específica, fazem jus a incentivos de custeio, sem geração de crédito por produção. Desse modo, entende-se que as Regras Contratuais/Incentivos aplicadas no CNES dos serviços habilitados que recebem custeio fixo visam, portanto, impossibilitar uma duplicidade de informações relativas à remuneração e repasse de recursos federais na modalidade fundo a fundo aos Estados, Municípios e Distrito Federal pela União. Assim, o repasse realizado pelo Ministério da Saúde relativo ao financiamento dos componentes Centros Especializados em Reabilitação e Oficinas Ortopédicas se dá por meio da transferência de incentivo financeiro de custeio, caracterizado como um valor fixo mensal, repassado de forma regular e automática.

7.3. Excetua-se desta regra contratual os procedimentos que são financiados pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC), cujo repasse mensal de custeio federal aos Fundos de Saúde (Municipal/Estadual/Distrito Federal) não possui valores fixos pré-definidos em normatização específica e depende da produção informada pelos serviços no SIA/SUS.

7.4. O Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) é uma das formas pela qual o Ministério da Saúde repassa recursos federais na modalidade fundo a fundo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para custeio de procedimentos estratégicos ou novos que vierem a ser criados pelas Políticas/Redes de Atenção à Saúde. Em aspectos gerais o financiamento de procedimentos via FAEC tem caráter temporário e o repasse dos recursos do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Municipais/Estaduais de Saúde ocorre em conformidade com a produção aprovada no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS), ou seja, o repasse dos recursos FAEC não tem valores fixos e depende da produção registrada pelos serviços.

7.5. Atualmente, no âmbito da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, apenas os procedimentos previstos na [Portaria GM/MS nº 1.272, de 25 de junho de 2013](#), e [Portaria GM/MS nº 3.872, de 23 de dezembro de 2021](#), permanecem sendo custeados pelo Fundo de Ações Estratégicas e de Compensação (FAEC). Conforme previsto na Portaria GM/MS nº 1.272/2013, o Ministério da Saúde adotará medidas para incorporação do recurso FAEC ao Teto de Média e Alta Complexidade (MAC) do Distrito Federal, Estados e Municípios referente à série histórica registrada pelos estabelecimentos de saúde.

8. TABELA SUS E REVISÃO DOS ATRIBUTOS DOS PROCEDIMENTOS

8.1. Com a publicação da Portarias SAES nº 1.148/2023 (ANEXO V) foram incluídos na Tabela SUS dois novos procedimentos:

03.01.07.029-6: Estimulação precoce relacionada ao neurodesenvolvimento na Atenção Especializada

03.01.07.030-0: Atendimento de familiares, cuidadores e/ou acompanhantes de pessoas com deficiência nos serviços de reabilitação da Atenção Especializada

8.2. Salienta-se que estes procedimentos visam permitir a produção de dados relativos aos atendimentos dos usuários e de seus familiares, cuidadores e/ou acompanhantes no âmbito do SUS, em consonância com as ações estratégicas da PNAISPD (especialmente o disposto no art. 7º, incisos II e VIII da Portaria GM/MS nº 1.526/2023):



Procedimentos monitorados na RCPD

Para consultar a lista de procedimentos monitorados na RCPD e obter orientações para registro no SIA/SUS, consulte a [Nota Técnica nº 3/2025-CGSPD/DAET/SAES/MS](#), disponível no site do Ministério da Saúde.

8.3. De acordo com a Portaria SAES nº 1.147/2023, os procedimentos relacionados à reabilitação e às Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção que constam na Tabela SUS deverão ser registrados no SIA/SUS, para fins de monitoramento e avaliação da execução dos recursos das ações e serviços de saúde ofertados.

8.4. Em razão da alteração da Tabela de Serviços Especializados e Tabela de habilitações do CNES, fez-se necessário realizar a atualização dos atributos de alguns procedimentos da Tabela SUS.

8.5. As primeiras alterações foram implementadas pelo Anexo VI da [Portaria SAES/MS Nº 1.148 de 21 de dezembro de 2023](#), das quais se destacam:

- a) Exclusão do Serviço/Classificação: 135 - Reabilitação / 004 - Reabilitação visual/mental/múltiplas deficiências, tendo em vista que foi extinto, conforme art. 3º, §1º da [Portaria SAES/MS Nº 1.148/2023](#);
- b) Exclusão do Serviço/Classificação: 164 - Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção em Reabilitação / 003 - Dispensação de OPM Ortopédica, tendo em vista que foi extinto, conforme art. 3º, §2º da [Portaria SAES/MS Nº 1.148/2023](#);
- c) Inclusão do Serviço/Classificação: 164 - Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção em Reabilitação / 001 - Dispensação de OPM Auxiliares de Locomoção e Ortopédicas, conforme art. 3º, §2º da [Portaria SAES/MS Nº 1.148/2023](#);
- d) Alteração da Idade Mínima (0 meses) e Idade Máxima (130 anos) de alguns procedimentos, visto que não estavam definidos no SIGTAP (constavam como "Não se aplica");
- e) Exclusão do Serviço/Classificação: 131/006 Serviço de Oftalmologia/Projeto Olhar Brasil - Programa Saúde na Escola e 131/007 Serviço de Oftalmologia/Projeto Olhar Brasil - Programa Brasil Alfabetizado (PBA), em atendimento à [Portaria nº 1.660, de 17 de novembro de 2016](#), e tendo em vista que permaneciam ativos como atributo até a ocasião, carecendo de correção;
- f) Exclusão, inclusão e readequação da nomenclatura dos códigos de serviços/classificações, mantendo convergência com o implementado na [Portaria SAES/MS Nº 1.148/2023](#); e
- g) Exclusão dos códigos de habilitações 22.01, 22.02, 22.03, 22.04, 22.05, 22.06, 22.07, 22.08, 22.09, 22.10 e 22.11 dos procedimentos que possuem tipo de financiamento "06 - Média e Alta Complexidade", visto que não se faz necessário tais códigos para que se oportunize o registro de procedimentos desta natureza por todos os outros serviços que prestam atendimento ao SUS, que não são habilitados pelo Ministério da Saúde. Salienta-se que a exclusão dos códigos supracitados gera mudança apenas nos requisitos para registro dos procedimentos no SIA/SUS e trata-se apenas de um aspecto de sistema. A implantação e habilitação de Centros Especializados em Reabilitação pelo Ministério da Saúde continua sendo fomentada, podendo os gestores solicitarem a habilitação via SAIPS, conforme fluxo estabelecido na RCPD; e
- h) Inclusão dos códigos de habilitações: 22.12 - OFICINA ORTOPÉDICA FIXA e 22.13 - OFICINA ORTOPÉDICA ITINERANTE para os procedimentos de OPM Física da Tabela SUS, que possuem tipo de financiamento "06 - Média e Alta Complexidade".

8.6. Posteriormente, foi publicada a [Portaria SAES/MS Nº 2.151, de 7 de outubro de 2024](#), a qual estabelecia no Anexo III diversas alterações de atributos de procedimentos na Tabela SUS, das quais se destacam:

- a) A exclusão do BPA (Consolidado) como instrumento de registro de cerca de 60 procedimentos. Na ocasião, a solicitação de exclusão do BPA-C justificou-se devido a modalidade de registro por BPA-C não possibilitar a identificação do indivíduo atendido. Dessa forma, manteve-se para estes procedimentos a possibilidade de registro via BPA-I ou inclusive AIH para alguns procedimentos específicos. Entende-se tecnicamente que o registro de informações de atendimentos no SUS via BPA-I contribui para o fortalecimento das ações das Políticas Públicas do SUS, visto que ao identificar o indivíduo atendido, há a produção de dados que cooperam com diversas agendas transversais multissetoriais, não apenas no âmbito da Gestão Federal, mas também junto aos demais entes federativos;
- b) Inclusão dos CBO's 3225-05 - Técnico de Ortopedia e 7683-20 - Sapateiro, visando oportunizar o adequado registro dos atendimentos realizados pelos Técnicos de Ortopedia e Sapateiros. Salienta-se que esta atualização foi uma demanda apresentada pelos profissionais da área que fazem parte dos serviços habilitados na RCPD.
- c) Exclusão do CBO: 223810 Fonoaudiólogo geral e inclusão da Categoria CBO: 2238 Fonoaudiólogos, visando oportunizar o adequado registro dos atendimentos de saúde auditiva por todos os estabelecimentos de saúde que prestam esse serviço, propõe-se a ampliação do rol de CBO's dos profissionais fonoaudiólogos, incluindo a Categoria CBO: 2238 Fonoaudiólogos, em substituição ao CBO: 223810 - Fonoaudiólogo geral;
- d) Alteração da descrição do procedimento 07.01.04.001-7 - Bengala Articulada, em razão da publicação da [Lei nº 14.951, de 2 de agosto de 2024](#), que dispõe sobre a coloração da órtese externa denominada bengala longa, para fins de identificação da condição de seu usuário, fez-se necessário alterar a descrição do procedimento 07.01.04.001-7 - Bengala Articulada;
- e) Inclusão do Serviço/Classificação: 164 Serviço de Órteses, Próteses e Materiais Especiais em Reabilitação / 010 Dispensação de OPM em Gastroenterologia e Serviço/Classificação: 164 Serviço de Órteses, Próteses e Materiais Especiais em Reabilitação / 011 Dispensação de OPM em Urologia, pois estes códigos não possuíam, até o momento, vínculo com procedimentos da Tabela SUS;
- f) Inclusão do Serviço/Classificação: 164 Serviço de Órteses, Próteses e Materiais Especiais em Reabilitação / 012 Confecção de OPM Auxiliares de Locomoção e Ortopédicas, visto que sua criação foi instituída no art. 3º, §6º da Portaria SAES/MS Nº 2.151/2024;
- g) Exclusão dos códigos 22.12 - Oficina Ortopédica e 22.13 - Oficina Ortopédica Itinerante dos procedimentos de OPM Física, pois estes códigos deixaram de fazer parte da Tabela de Habilitações do CNES RCPD, conforme Art. 5º da Portaria SAES/MS Nº

2.151/2024. Alerta-se que se trata apenas de um aspecto de sistema. A implantação e habilitação de Oficinas Ortopédicas pelo Ministério da Saúde continua sendo fomentada, podendo os gestores solicitarem a habilitação via SAIPS, conforme fluxo estabelecido na RCPD.

8.7. Subsequentemente, o Anexo III da Portaria SAES/MS Nº 2.151/2024 foi republicado no [DOU nº 222, de 18/11/2024, seção 1, págs. 82 a 91](#), devido a necessidade de reintegrar o instrumento de registro Boletim de Produção Ambulatorial Consolidado (BPA-C) como atributo para realizar o registro dos procedimentos.

a) Cabe contextualizar que após a publicação da Portaria SAES/MS Nº 2.151/2024 foram verificados alguns pontos críticos acerca da alteração introduzida pela norma que determina a exclusão do instrumento de registro do BPA-C de alguns procedimentos, passando ao formato exclusivamente Individualizado (BPA-I), como, por exemplo: consulta de profissionais de nível superior na atenção especializada (exceto médico) e consulta médica em atenção especializada, que inviabilizaram o registro desses nos Sistemas de Informação. Neste sentido, o Anexo III foi republicado no [DOU nº 222, de 18/11/2024, seção 1, págs. 82 a 91](#), e estabeleceu o retorno do instrumento de registro BPA-C para os procedimentos alterados.

8.8. Ante o exposto, informa-se que a o Anexo VI da [Portaria SAES/MS Nº 1.148/2023](#) e o Anexo III republicado no [DOU nº 222, de 18/11/2024, seção 1, págs. 82 a 91](#), consolidam todas as alterações implementadas nos procedimentos da Tabela SUS, no tocante às ações da RCPD.

8.9. Para cada procedimento existem atributos definidos, os quais são exigidos durante o processamento dos sistemas de produção ambulatorial e hospitalar. As regras existentes nos sistemas obedecem às definições publicadas nas portarias técnicas.



**O que fazer caso tenha uma sugestão de mudança de atributo na Tabela SUS
(Ex: CBO, CID, idade do usuário e outros)?**

Orienta-se que os gestores e profissionais que tenham novas demandas de atualização dos atributos gerais e complementares dos procedimentos da Tabela SUS relacionados à reabilitação, encaminhem, de forma fundamentada, suas sugestões à CGSPD/DAET (E-mail: pessoacomdeficiencia@saude.gov.br), para análise do Ministério da Saúde.

As sugestões apoiam a gestão federal na qualificação dos registros dos atendimentos realizados no SUS, uma vez que tais informações fornecem dados importantes acerca dos atendimentos prestados na RCPD, possibilitando qualificar o planejamento e avaliação das ações e serviços de reabilitação.

9. CONCLUSÃO

9.1. Ante o exposto, solicita-se apoio na ampla divulgação desta Nota Informativa aos gestores e profissionais da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD).

9.2. Para mais informações sobre a RCPD no SUS, acesse o site: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia>.

9.3. Por fim, esta CGSPD permanece à disposição para outros esclarecimentos que forem necessários por meio do e-mail pessoacomdeficiencia@saude.gov.br ou telefone (61) 3315-6238.

ARTHUR MEDEIROS

Coordenador-Geral

Coordenação-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência - CGSPD/DAET/SAES/MS

ARISTIDES VITORINO DE OLIVEIRA NETO

Diretor

Departamento de Atenção Especializada e Temática - DAET/SAES/MS



Documento assinado eletronicamente por **Arthur de Almeida Medeiros, Coordenador(a)-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência**, em 28/01/2025, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aristides Vitorino de Oliveira Neto, Diretor(a) do Departamento de Atenção Especializada e Temática**, em 31/01/2025, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0045347753** e o código CRC **561143D5**.

Brasília, 06 de janeiro de 2025.